



Boletim Informativo REDE DE VIGILÂNCIA POPULAR EM SANEAMENTO E SAÚDE

6/25
Julho

Luta pelo Meio Ambiente Saudável

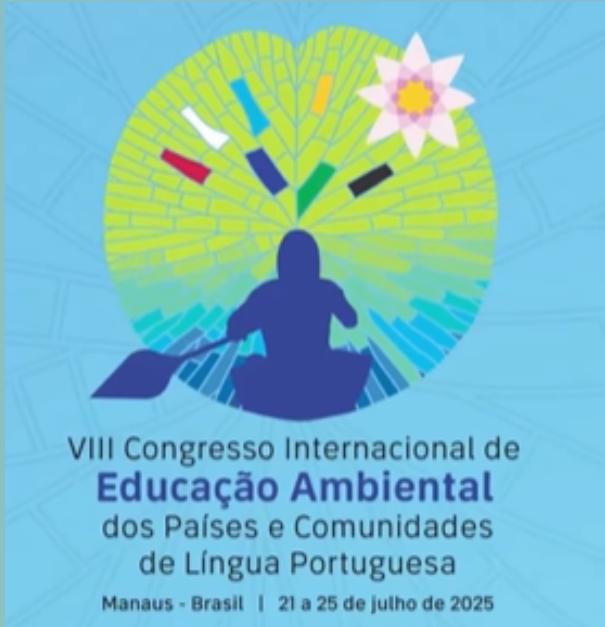
Destaques do mês:



Fórum Popular de Orçamento

Privatizar para quê?

Os efeitos fiscais e sociais da
concessão da CEDAE no Rio de Janeiro



Pesquisa Ação - Levantamento do Saneamento Ambiental

Prezado participante, você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar do estudo intitulado: **"Vigilância Popular em Saneamento e Saúde no Estado do Rio de Janeiro, com ênfase nos territórios vulnerabilizados"**. Desenvolvida por Adriana Sotero Martins, Pesquisadora Titular, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ). O objetivo da pesquisa é realizar reconhecimento das condições de saneamento e saúde ambiental, com ênfase no abastecimento de água potável e no esgotamento sanitário, visando demonstrar a qualidade do serviço prestado em territórios com vulnerabilidade social no Estado do Rio

de Janeiro.
Se tiver dúvidas referentes ao estudo pode entrar em contato através do email:
vigilancianopularsaude@gmail.com ou com a pessoa que te forneceu o link



Contribua com a pesquisa da **FIOCRUZ/ENSP**



ENSP/Fiocruz lança mascotes educativas que estimulam reflexão sobre...

Com o objetivo de promover a conscientização sobre o consumo responsável e o tratamento da...

 Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)





Boletim Informativo

REDE DE

VIGILÂNCIA POPULAR

EM SANEAMENTO E SAÚDE

6/25
Julho

Estudo do FPO - Privatizar para quê? Os efeitos fiscais e sociais da concessão da CEDAE no Rio de Janeiro

O grupo do Fórum Popular de Orçamento (FPO-RJ) produziu a matéria intitulada “Privatizar para quê? Os efeitos fiscais e sociais da concessão da CEDAE no Rio de Janeiro”. Os autores destacam que a privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) é parte de um projeto mais amplo de desmonte do serviço público, imposto pelo Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro, firmado com a União em 2017. Sob a justificativa de enfrentar a crise fiscal, causada por uma gestão incompetente ao promover inúmeras renúncias fiscais e pela dependência do ciclo do petróleo, o Estado do Rio de Janeiro foi obrigado a aderir a um programa de austeridade criado pelo então governo Temer, que incluiu congelamento de salários e corte de investimentos sociais. Dentre as medidas, estava a imposição da venda de ações da CEDAE como garantia para o empréstimo de recuperação fiscal.

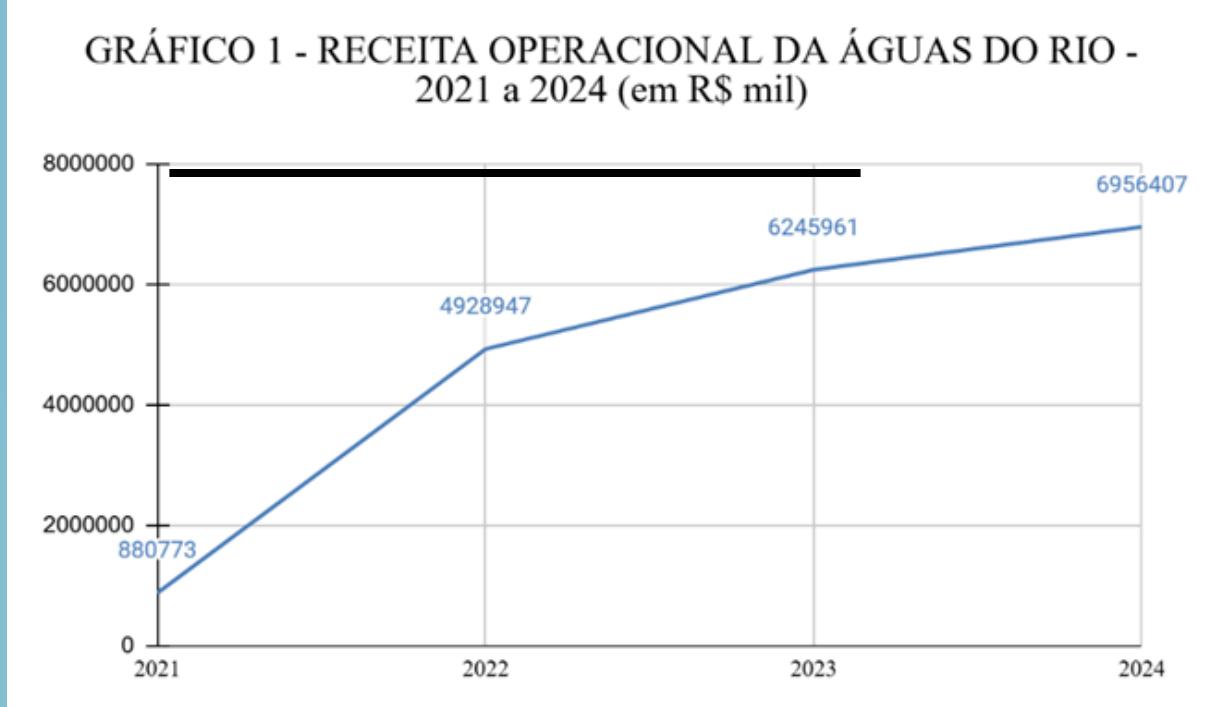
No anexo A são apresentados os investimentos públicos após privatização da CEDAE, dando destaque para os valores das despesas empenhada no Estado do Rio de Janeiro entre 2016 e 2024, por Natureza da Despesa, em valores reais a julho de 2025 pelo IPCA-E.

Despesa Total Empenhada ERJ por GND Valores Reais em R\$ Milhares	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
TOTAL	36.535.725,69	43.389.206,29	43.834.553,67	45.653.918,48	45.897.041,31	57.744.569,23	77.062.425,57	88.531.960,70	97.129.180,62
Pessoal e Enc. Sociais	13.832.955,88	26.808.149,48	29.138.933,73	30.707.678,23	31.154.770,34	34.689.442,17	46.178.147,89	53.123.211,11	58.464.982,94
Juros e Enc. da Dívida	1.639.471,86	575.549,59	76.536,17	87.529,13	274.100,13	785.477,04	773.645,77	2.638.450,26	3.004.859,82
Outras Desp. Correntes	18.246.934,16	14.774.141,37	13.278.084,54	13.439.829,96	13.393.146,45	20.152.835,77	24.584.778,00	26.390.409,39	29.296.046,60
Investimentos	1.606.169,90	645.387,88	1.026.961,75	702.383,63	685.854,41	1.425.173,13	4.585.631,77	4.656.693,12	4.390.504,29
Inversões Financeiras	16.833,53	11.263,25	8.171,41	173.322,65	68.408,95	246.524,37	344.304,51	66.394,33	69.035,57
Amortização da Dívida	1.193.360,36	574.714,71	305.866,08	543.174,89	320.761,03	445.116,75	595.917,63	1.656.802,49	1.903.751,39
Investimentos ERJ / Total	4,4%	1,5%	2,3%	1,5%	1,5%	2,5%	6,0%	5,3%	4,5%

continua na próxima página.



Outro destaque desse estudo foi apresentado no anexo B, de autoria de João Roberto Lopes e Juan Tenório. Esses autores apresentam dados dos balanços financeiros da empresa ÁGUAS DO RIO, que é responsável pelos blocos 1 e 4. Ao analisarem a evolução da receita operacional da empresa verificaram um crescimento de 41% nos três primeiros anos da concessão, com R\$ 4.929 milhões em 2022, e alcançando a cifra de R\$ 6.956 milhões em 2024:



Relataram que o aumento da receita da ÁGUAS DO RIO foi devido aos reajustes tarifários e ao aumento do volume faturado. Contratualmente a concessionária pode se valer de uma “cesta de índices de inflação”, que na prática é uma majoração da tarifa de água bem acima do IPCA, que é o índice de inflação oficial do Brasil. Eles concluem que houve um aumento real da tarifa de 18,1% acima da inflação oficial acumulada no período.

[Clique aqui para ler a matéria completa](#)

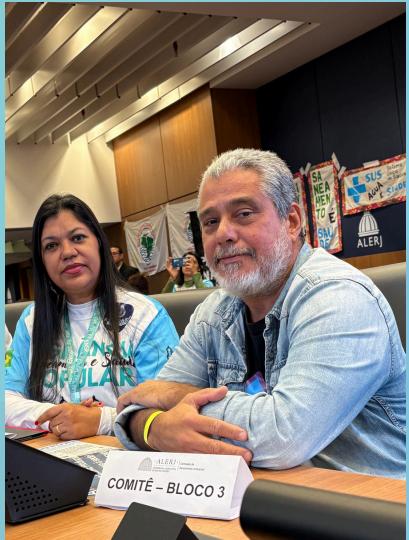


Boletim Informativo

REDE DE VIGILÂNCIA POPULAR EM SANEAMENTO E SAÚDE

6/25
Julho

Água é direito! Cedae é pública!



A sociedade civil deu mais uma mostra de força na defesa do acesso à água como direito humano durante audiência pública da Comissão de Saneamento Ambiental da ALERJ no dia 1º de agosto. Convocada pelo presidente da comissão, deputado Jari Oliveira (PSB), para marcar a passagem dos 50 anos da Cedae com debate sobre a situação hídrica no Rio, a sessão explicitou erros, dúvidas e denúncias sobre o modelo de concessão dos serviços e a atuação das operadoras. Certeza só uma: os serviços pioraram e os preços aumentaram para a população!

A Fiocruz esteve entre os representantes da sociedade civil na audiência. Adriana Sotero, representante do Comitê de Monitoramento, instância de controle social prevista nos contratos de concessão, defendeu o mínimo vital (garantia mensal de volume mínimo de água por pessoa sem cobrança) e a tarifa social (desconto na conta de água para inscritos em programas sociais e imóveis em áreas de interesse social). “A Cedae é pública! Como produtora e revendedora de água seus lucros podem e devem ajudar esses programas nos diferentes municípios”, afirmou. A pesquisadora disponibilizou o estudo técnico da Fiocruz abordando o assunto (confira o documento ao final desta reportagem).

Segundo o presidente da comissão, o relatório final da audiência evidenciará a falta de água, o reajuste abusivo e as dificuldades que as empresas impõem à população. “Também quero dizer que ao apresentar esse relatório eu me coloco contra o capital aberto da Cedae e a concessão da produção da água. Vamos nos unir e debater para que ela continue uma empresa do povo”, completou Jari Oliveira.

[Clique aqui para acessar a Nota Técnica](#)





REDE DE VIGILÂNCIA POPULAR EM SANEAMENTO E SAÚDE

PLEBISCITO POPULAR - água e saneamento

De julho a 7 de setembro de 2025 está acontecendo um movimento de mobilização e consulta popular em todo Brasil, por um país mais justo e soberano! No estado do Rio de Janeiro, temos uma questão específica, relacionada com o direito humano à água e ao saneamento, mas é preciso ir até uma das urnas presencialmente para votar, localize a mais próxima da sua residência em:

Clique [aqui](#) para consultar a urna mais próxima a você.

Quem não conseguir ir até uma urna, pode votar on line ([aqui](#)), contudo apenas nas duas primeiras questões:

PELO FIM DA ESCALA 6X1
QUEREMOS VIDA ALÉM DO TRABALHO

Você é a favor da redução da jornada de trabalho sem redução salarial e do fim da escala 6x1?

SIM NÃO

R\$ R\$ 5 MIL É JUSTIÇA!
ISENÇÃO ATÉ 5 MIL É JUSTIÇA!
140 MIL PESSOAS PAGAREM IMPOSTO PARA 25 MILHÕES NÃO PAGAREM

Você é a favor de que quem ganhe mais de 50 mil por mês pague mais imposto de renda para que quem recebe até 5 mil por mês não pague?

SIM NÃO

ÁGUA E SANEAMENTO UM DIREITO DE TODOS
PRA CONTA NÃO AUMENTAR DE NOVO

Você concorda que a água e o saneamento devem ser considerados um direito de todos e não mercadorias para dar lucro?

SIM NÃO

Clique [aqui](#) para acessar a matéria





Boletim Informativo

REDE DE VIGILÂNCIA POPULAR EM SANEAMENTO E SAÚDE

6/25
Julho

Saneamento, saberes e afetos em Teresópolis

A Oficina de saneamento, saberes e afetos da comunidade do Fischer foi realizada no dia 28 de junho, em Teresópolis (RJ). Teve roda de conversa sobre direitos humanos, passagem do questionário sobre água e saneamento, caminhada e colheita de alimentos da horta comunitária. Em meio às atividades também foi lida a emocionante carta “Nós Temos um Sonho para as Mulheres do Fischer”, de coletivo de autoras. ([Leia a carta no link aqui](#))



Adriana da Silva, presidente da associação de moradores local, vê como principal objetivo do encontro manter a construção conjunta de mapas afetivos e políticos, pensando como os direitos humanos se manifestam (ou não) no território, e o que é preciso mudar. Como exemplo ela cita espaços como a Casa Celeste. “Aqui temos um espaço de troca. Temos um grupo, horta, podemos ter um bom alimento e um espaço aproveitável, apesar dessa cultura do lixo, porque o lixão é aqui perto”, afirma ela.

Para atividades profissionais e educacionais, a comunidade está mobilizada. “Também temos a ideia da cooperativa de costura, para termos uma renda, e a educação de jovens e adultos, que estamos precisando muito. A ideia é triplicar essas iniciativas, porque em relação à direitos aqui é a comunidade mais esquecida de Teresópolis, não temos nem um parquinho para as crianças”, completa Adriana.



Acesse [aqui](#) o questionário da pesquisa, para todo RJ.



Boletim Informativo

REDE DE VIGILÂNCIA POPULAR EM SANEAMENTO E SAÚDE

6/25
Julho

A arte na luta por saneamento e direitos humanos

O projeto de vigilância popular em saneamento e saúde usou a arte como ferramenta de comunicação na luta por direitos humanos e mobilização popular durante a 1ª Oficina sobre Controle Social, realizada dia 9 de julho na Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), em Manguinhos. O encontro mostrou como o artesanato, a poesia, a música ou performances aproximam as denúncias, as buscas e as soluções de problemas estruturais em locais de moradia.

Na oficina, a drª Adriana Sotero, coordenadora do projeto, apresentou "Pingo", novo mascote da Fiocruz e adversário do conhecido "Cocô", uma pelúcia representativa que é utilizada nas oficinas sobre saneamento realizadas nos territórios. A bolsista Ilca Bezerra então improvisou um poema para falar desses dois representantes do saneamento, ilustrando como as imagens formadas de modo lúdico podem ajudar a assimilar e divulgar diferentes situações do dia a dia.

Também foi apresentada pela bolsista uma proposta do grupo de trabalho de Vigário Geral, formado por João Ricardo "JR", Maria Teresa, André Cavalcanti, João Pedro e Eduardo Leitão, para um concurso de poesia. O tema será "a importância da água e do saneamento e a ameaça da mercantilização". A expectativa é estimular as pessoas a refletirem sobre o tema e avaliarem quais aspectos são mais frequentemente abordados, contribuindo para mobilizar o controle social sobre a resolução dos problemas mais críticos no território nas questões de saneamento e abastecimento de água.

O edital do concurso e a metodologia da pesquisa dos trabalhos que serão recebidos foram debatidos coletivamente. A proposta será aprimorada e submetida à Comissão de Ética em Pesquisa da Fiocruz/ENSP. A 1ª edição do concurso será nos bairros de Vigário Geral, Jardim América e Parada de Lucas. Depois, a ideia é aplicar em mais territórios vulnerabilizados, em cooperação com outros grupos de trabalho do projeto.



ENSP/Fiocruz lança mascotes educativas que estimulam reflexão sobre...

Com o objetivo de promover a conscientização sobre o consumo responsável e o tratamento da...

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)



Boletim Informativo

REDE DE VIGILÂNCIA POPULAR EM SANEAMENTO E SAÚDE

6/25
Julho

Em Vigário Geral, Fiocruz 1 x 0 Águas do Rio

O projeto de Vigilância Popular em Saneamento e Saúde da Fiocruz/Ensp realizou no dia 5 de julho pesquisa e oficina sobre o tema em Vigário Geral. “A atividade foi um contraponto à ação da Águas do Rio em Vigário Geral e região, que tenta amenizar os problemas causados por ela com campanhas pontuais e publicitárias”, afirmou João Ricardo “JR”, integrante do projeto da Fiocruz. No mesmo dia, a empresa Águas do Rio havia montado uma tenda na rua Isidro Rocha para promoção de “serviços/produtos” como água tratada, negociação exclusiva de contas em aberto e instalação de hidrômetro, entre outras.

Durante a pesquisa de campo e passagem do questionário entre os moradores ficou evidente que a realidade local está bem longe do prometido nos panfletos da empresa concessionária. Entre as principais queixas estiveram o desabastecimento de água e contas com alta de preço absurda e endereços errados.

Para “JR”, tal situação ficou escancarada na manhã ensolarada das redondezas da praça Catolé do Rocha, no encontro e comparação entre as atividades de pesquisa do projeto da Fiocruz e de publicidade da Águas do Rio. Enquanto a empresa trata o direito humano aos usos da água como comércio, com serviços básicos transformados em produtos; a equipe de bolsistas da Fiocruz, através de um questionário completo, produz dados concretos sobre condições geográficas, econômicas e sociais que podem transformar a saúde da população para melhor com a aplicação de políticas públicas acertadas. “O exemplo de Vigário Geral é uma das peças do quebra-cabeças da questão hídrica no Rio. Estamos fazendo uma grande pesquisa na localidade entre Jardim América, Parada de Lucas e Vigário Geral. Ela é diretamente ligada ao morador, à água e à saúde. E está mostrando a baixa qualidade dos serviços de saneamento após a privatização da Cedae”, completou ele.





REDE DE VIGILÂNCIA POPULAR EM SANEAMENTO E SAÚDE

Questionário sobre saneamento e saúde no Vidigal

O Vidigal, comunidade à beira mar na cidade do Rio, recebeu no dia 28 de julho a primeira ação de aplicação do questionário da pesquisa Vigilância Popular em Saneamento e Saúde, da Fiocruz/Ensp, com o objetivo de realizar levantamento das condições de abastecimento de água e do esgotamento sanitário do local. O Vidigal é uma das três regiões que integra o Subprojeto 8, vinculado diretamente ao “Vigilância Popular”, juntamente com mais duas localidades das regiões de Bangu e Petrópolis.

Integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) estiveram na comunidade e aplicaram o questionário com mais de 70 questões junto aos moradores. Três eixos fundamentais compõem o material a ser analisado no estudo: I) águas e concessionárias; II) saneamento; e III) saúde ambiental e doenças.



[Clique aqui para acessar a matéria completa](#)



REDE DE VIGILÂNCIA POPULAR EM SANEAMENTO E SAÚDE

Aprovação do PL 2159 agrava crise ambiental e climática

A aprovação do Projeto de Lei 2159/2021, na madrugada de 17 de julho na Câmara dos Deputados, deixou perplexas diversas entidades da sociedade civil, ONGs, movimentos ambientalistas, e mesmo integrantes do governo federal, pelo impacto que tem nas políticas de proteção ao meio ambiente.

Em sessão realizada na calada da noite, deputados aprovaram por 267 contra 116 votos o texto que já havia sido enviado ao Senado em maio deste ano, e retornava com alterações e aval de 54 dos 81 senadores (13 votos contra e 14 ausentes). Agora o texto vai para o Executivo, onde o presidente Lula pode vetá-lo parcial ou integralmente.

Apelidado de “PL da Devastação Ambiental”, o projeto em sua versão final recebeu amplo apoio de políticos do chamado Centrão e da direita e extrema-direita do Congresso, sendo considerado por especialistas como um enorme, talvez o maior retrocesso no que já foi considerada uma das legislações ambientais mais completas do mundo.

O texto final, aprovado ironicamente no Dia de Proteção das Florestas, apresenta pontos no mínimo polêmicos, tais como o licenciamento automático e autodeclaratório (artigos 8º e 9º), que de maneira resumida dispensam o licenciamento ambiental em diversas situações sem necessidade de análise técnica prévia dos órgãos ambientais. “De forma geral, o revés maior é por conta da flexibilização de vários procedimentos que eram corriqueiros no licenciamento ambiental e que agora podem ser feitos através de uma autodeclaração, onde o licenciado informa ele mesmo tudo que será feito na obra que pretende realizar, todos os seus possíveis impactos”, afirma Daniel Toffoli, analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

PL DA DEVASTAÇÃO

O Congresso aprovou o PL da Devastação, que coloca o meio ambiente, nossa saúde e nossas vidas em risco. Agora a decisão está nas mãos do presidente Lula.

Temos pouco tempo! Pressione agora para que o projeto seja vetado.

PRESSIONE

Acesse o link ou o QR-Code e envie agora o seu recado

<https://pldadevastacao.org>

[Clique aqui para acessar a matéria completa](#)



Boletim Informativo

REDE DE VIGILÂNCIA POPULAR EM SANEAMENTO E SAÚDE

6/25
Julho

Congresso Internacional de Educação Ambiental 2025

Momento marcante do congresso (@congressoea) em Manaus (AM) foi lançamento da Carta Planetária, que pode ser assinada no site em:

Assine [aqui](#) a Carta Planetária

Outro momento importante foi a presença da ministra do Meio Ambiente Marina Silva, com sua fala potente pelas educações em tempos de devastações ambientais, sociais e econômicas.

As pesquisadoras da Fiocruz Rejany Ferreira e Natasha Handam participaram do evento com apresentação de trabalhos.

Adesão à Rede Planetária para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global



[Clique aqui para acessar a matéria](#)



Boletim Informativo

REDE DE

VIGILÂNCIA POPULAR

EM SANEAMENTO E SAÚDE

6/25
Julho

Reunião Integrada dos Comitês de Monitoramento - Participação Social

[Clique aqui para acessar o Relatório do GT FIPE](#)

Os comitês de monitoramento são instâncias de controle social dos contratos de concessão dos serviços de saneamento para as empresas privadas. Durante a reunião integrada do dia 8/7/2025, o Grupo de Trabalho dedicado a avaliação dos relatórios da FIPE apresentou parecer com inúmeras inadequações.



Confira aqui a íntegra desse primeiro relatório apresentado aos membros dos Comitês e à plateia que acompanhou a reunião. As pesquisadoras bolsistas da Fiocruz/ENSP Gabriela Merola e Lilian de Jesus participaram como convidadas especialistas desse GT dos comitês.



Boletim Informativo

REDE DE

VIGILÂNCIA POPULAR

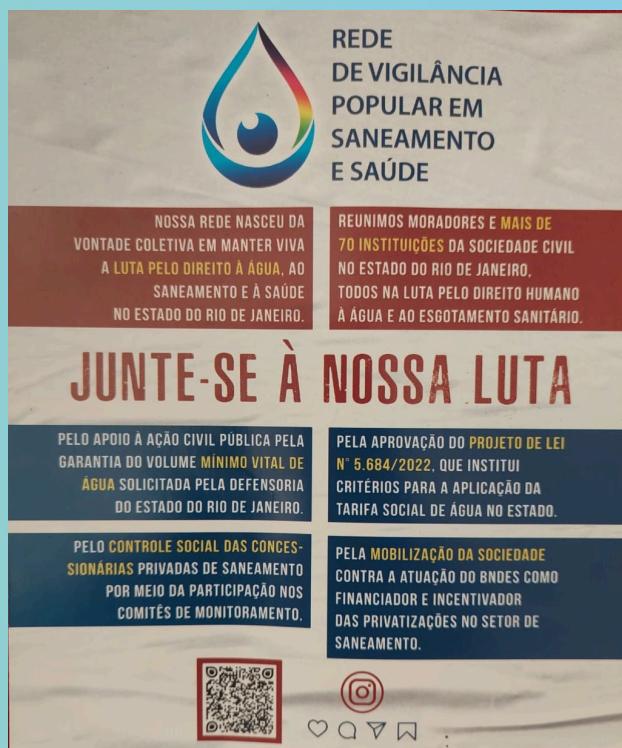
EM SANEAMENTO E SAÚDE

6/25
Julho

A Rede de Vigilância Popular em Saneamento em Saúde vem atuando em defesa do direito humano à água e ao saneamento. Hoje é composta por mais de 50 instituições que lutam pela reestatização dos serviços públicos de água e esgoto. Participe das reuniões da rede.

Carta de apresentação da Rede de Vigilância Popular em Saneamento e Saúde:

[Clique aqui para acessar a carta de apresentação](#)



Links uteis



Calendário das reuniões mensais da REDE DE VIGILÂNCIA POPULAR EM SANEAMENTO E SAÚDE

Julho: 22/07

15h

Agosto: 19/08

Setembro: 23/09

Outubro: 21/10

Novembro: 18/11

Dezembro: 17/12

Av. Rio Branco, 277 - 17º andar- Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20040-009

[Clique aqui para baixar o
Calendário das Reuniões
da Rede](#)

Calendário dos Comitês de Monitoramento

5 DE AGOSTO

16 DE SETEMBRO

7 DE OUTUBRO

11 DE NOVEMBRO

9 DE DEZEMBRO

Link para as reuniões:



[Clique aqui para baixar
o calendário de
Reuniões dos Comitês](#)

Aponte a tela do seu celular e
participe da Pesquisa Cidadã de
Dados do projeto FIOCRUZ e col.



Expediente

O Boletim da RVPSS é uma publicação digital da ENSP/Fiocruz, editada pelo Projeto de Vigilância Popular em Saneamento e Saúde, do Grupo de Pesquisa Saúde, Ambiente e Saneamento (@gp_fiocruz_saude_saneamento) da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

PROJETO

COORDENADORA

Adriana Sotero-Martins

SUBCOORDENADORA

Maria José Salles

REDAÇÃO

EDITOR

Rodrigo Otávio

SUBEDITOR

Maria Victória Ventura

REPORTAGEM

Carlos Mello, Rodrigo Otávio e
William Gomes

ARTES E MÍDIAS SOCIAIS

Joyce Silva
Raphael Coelho

AS FOTOS DESTA EDIÇÃO SÃO TODAS DE ARQUIVO PESSOAL,
GENTILMENTE CEDIDAS PELOS AUTORES

